

ERGUENDO BARREIRAS E CONSTRUINDO IDENTIDADES: RELAÇÕES ENTRE O FECHAMENTO URBANO E A BUSCA POR “COMUNIDADES DE IGUAIS” EM BURITAMA, ZACARIAS E PENÁPOLIS - SP*

Maria Angélica de Oliveira **MAGRINI**¹

RESUMO: Os processos de identificação social e a percepção de pertencimento a uma ou mais comunidades são atualmente marcados pelas escolhas e construções, visto que não são mais dimensões definidas *a priori* no convívio social contemporâneo. Dessa maneira, analisamos nesse artigo, uma das formas pelas quais os segmentos mais privilegiados da sociedade produzem suas identidades e criam suas pretensas “comunidades”, no âmbito do fechamento de parcelas da cidade e na restrição das possibilidades de contatos sociais, tornados, cada vez mais, homogêneos. Nossas reflexões apontam para o fato de que a busca pelas “comunidades de iguais” nesses espaços está muito mais ligada ao desejo de separação em relação aos segmentos mais pobres do que ao anseio pelo estabelecimento de contatos mais próximos entre os considerados como iguais.

Palavras-chave: Loteamentos Fechados; Comunidades de Iguais; Identidade; Segregação Socioespacial; Distinção Social.

RESUMEN: Los procesos de identificación social y la percepción de pertenencia a una o más comunidades son en la actualidad marcados por las opciones y construcciones, puesto que no son más dimensiones definidas *a priori* en la convivencia social contemporánea. De ese modo, analizamos en este artículo una de las formas por las cuales algunos grupos de la sociedad producen sus identidades y crean sus supuestas “comunidades” en el ámbito del cierre de partes de la ciudad y en la restricción de las posibilidades de contactos sociales, cada vez más homogéneos. Nuestras reflexiones apuntan el hecho de que la búsqueda por las “comunidades de iguales” en esos espacios está más ligado al deseo de la separación de los segmentos más pobres que al deseo por el establecimiento de contactos más estrechos entre los considerados como iguales.

Palabras clave: Barrios Cerrados; Comunidades de Iguales; Identidad; Segregación Socioespacial; Distincción Social.

ABSTRACT: The processes of social identification and the perception of belonging to one or more communities are now marked by the choices and constructions, because dimensions are not defined *a priori* in contemporary social life. Thus, we analyzed in this article, one of the ways in which some segments of society produce their identities and create their supposed "communities" from the closure of portions of the city and limiting the possibilities of social contacts, become increasingly more homogeneous. Our reflections point to the fact that the quest for "community of equals" in these spaces is much more linked to the desire for separation from the poorest segments than the longing for the establishment of closer contacts among those considered as equals.

Key words: Gated Communities; Sameness Communities; Identity; Socio-Spatial Segregation; Social Distinction.

1 - Introdução

O fechamento de parcelas do espaço com o objetivo de obter segurança é uma das características mais marcantes da urbanização contemporânea. Diante do sentimento generalizado e amplificado de insegurança que vem sendo associado aos espaços urbanos, sejam cidades grandes, médias ou pequenas, alguns

*O presente artigo é baseado nas reflexões contidas em minha dissertação de mestrado, intitulada: Espaços de simulação: aspectos materiais e simbólicos da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis – SP, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente.

¹Aluna de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente. Bolsista FAPESP. E-mail: angelicoliveira@yahoo.com.br

segmentos sociais² escolhem realizar suas atividades cotidianas em espaços fechados e/ou de acesso controlado, como os loteamentos fechados, os clubes privados, os *shopping centers*, entre outros.

Esse fechamento e esse controle fazem com que as possibilidades de diversidade nos contatos entre as pessoas fiquem reduzidas, visto que, nesses espaços, os filtros do acesso acabam selecionando o tipo de pessoa que será possível encontrar em seus limites. Um dos requisitos básicos para se frequentar tais espaços fechados é o poder aquisitivo, pois sua produção está direcionada, predominantemente, para atender às demandas dos segmentos de médio e alto poder aquisitivo.

Dessa forma, o fechamento de certas parcelas do espaço urbano representa uma estratégia que visa dotar as relações pessoais de certa previsibilidade. Ao entrarem em um espaço fechado, seja ele destinado para a habitação, trabalho ou lazer, as pessoas esperam encontrar seus semelhantes. Desejam excluir de suas atividades cotidianas a possibilidade de se confrontarem e de se relacionarem com o que consideram diferente. Nesse caso, a diferença que procuram evitar não se refere, apenas, à distinção de gostos ou de perfis culturais, mas, sobretudo, às diferenças socioeconômicas.

Esse distanciamento que o fechamento promove decorre do fato de que as pessoas de menor padrão aquisitivo são consideradas, muitas vezes, como potencialmente perigosas. Assim, se desejam segurança, os segmentos de maior poder aquisitivo devem ficar o mais longe possível das pessoas de menor renda, evitando o convívio e até a proximidade.

Outra questão que o fechamento ameniza ao originar espaços marcados pela “homogeneidade” é o incômodo que certas mazelas sociais podem causar ao estarem mais visíveis. Dessa forma, ao optarem por espaços fechados, alguns segmentos da sociedade conseguem afastar o mal-estar que poderiam sentir ao verem uma pessoa morando na rua, pedindo esmola ou passando fome. As evidências das desigualdades sociais, por não estarem presentes, explicitamente, nesses espaços fechados e controlados, deixam de sensibilizar ou incomodar as pessoas que optam por esse tipo de espaço.

As estratégias de fechamento urbano contêm, assim, no ato de erigir barreiras, um mecanismo de demarcação de limites sociais. O controle ao acesso exercido nesses espaços funciona como uma membrana semipermeável que deixa passar somente aqueles que possuem uma situação socioeconômica favorável, deixando de fora os menos privilegiados.

Essa demarcação física de barreiras é uma forma de materialização das fronteiras sociais. Ao se fecharem materialmente em determinados espaços, as pessoas concretizam as distâncias subjetivas que existem entre os estratos sociais. Os muros servem para sinalizar onde começa o espaço de um grupo – o dos mais ricos – e conseqüentemente, onde termina o de outro – o dos mais pobres.

Diante desse processo de acentuação da diferenciação socioespacial decorrente das estratégias de fechamento, apresentamos nesse artigo, uma discussão sobre a questão da identificação social e da criação de “comunidades de iguais” nos loteamentos fechados ribeirinhos de três cidades pequenas do noroeste paulista: Buritama, Zacarias e Penápolis (Mapa 1).

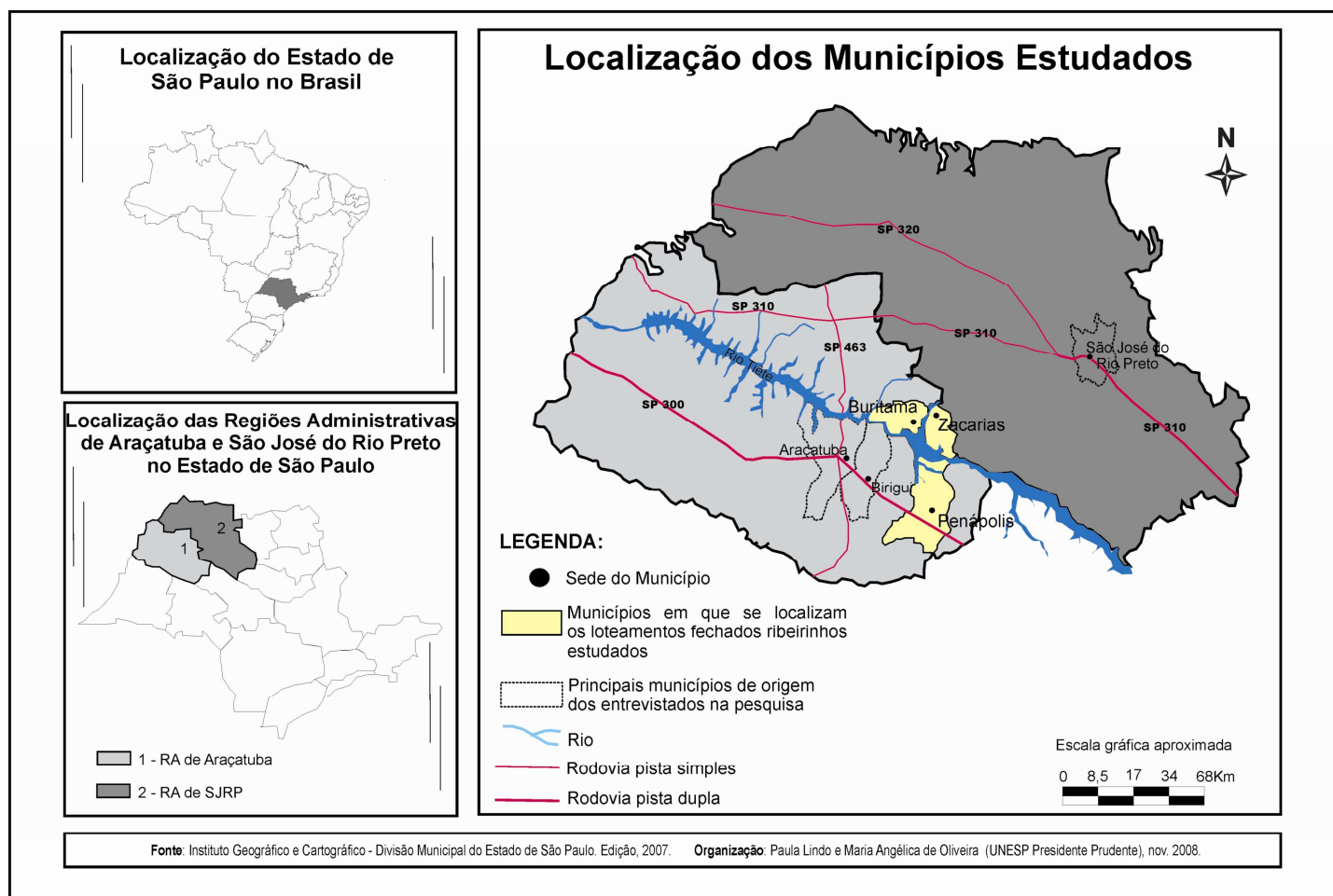
Como apresentado em Oliveira (2009), os loteamentos fechados ribeirinhos são empreendimentos de acesso controlado destinados ao lazer, na modalidade de segunda residência, produzidos nas margens de rios, contendo áreas verdes, com o intuito de propiciar um contato mais direto com a “Natureza”. São empreendimentos que possuem como público alvo os segmentos de médio e alto poder aquisitivo, que privilegiam o fato de poderem desfrutar seus momentos de lazer longe dos segmentos de menor renda.

As reflexões apresentadas nesse artigo estão organizadas em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, realizamos uma breve apresentação dos pressupostos teóricos utilizados para embasar nossa perspectiva analítica sobre os conceitos de identidade e comunidade, com o objetivo de fundamentar nossa análise acerca dos loteamentos fechados ribeirinhos. Posteriormente, analisamos a construção das identidades sociais entre os de “dentro” e os de “fora” dos loteamentos fechados ribeirinhos, constituindo assim, as “comunidades de iguais”³. Na terceira parte, privilegiamos a discussão dos conteúdos das identidades e das “comunidades” produzidas o âmbito desses espaços fechados.

² Além dos segmentos de maior poder aquisitivo, verifica-se também a produção/apropriação de espaços fechados para segmentos de médio e baixo poder aquisitivo (DAL POZO, 2009; OLIVEIRA, 2009).

³ As análises referentes à construção das identidades sociais entre os de “dentro” e os de “fora” foram baseadas em depoimentos recolhidos em 43 entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa de mestrado, sendo elas: 25 com proprietários de casas nos diferentes loteamentos ribeirinhos estudados, 12 com moradores nas cidades em que estão implantados os loteamentos e 6 com moradores de áreas rurais próximas dos loteamentos.

Mapa 1- Localização dos municípios estudados



2 - Identificação social e constituição de comunidades: pressupostos teóricos

Os processos de estabelecimento das identificações sociais e de pertencimento às comunidades, são tratados conjuntamente, pois consideramos que a identidade é a base para o surgimento das comunidades, visto que é por meio dela que se justificam as solidariedades sociais.

De acordo com Bauman (2005, p. 19), na sociedade “líquido-moderna” as “identidades” flutuam no ar e temos que escolher aquelas que, verdadeiramente, correspondem às nossas características, no meio de várias outras, infladas e lançadas pelas pessoas à nossa volta, sendo preciso estar sempre atentos para defendermos as primeiras em relação às últimas.

Segundo Hall (2003, p. 38), a identidade é algo formado ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes e não algo inato, existente em nossa consciência no momento do nascimento. “Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre a sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’”.

Sendo assim, a identidade nos é revelada como uma invenção,

(...) como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por elas e protegê-las lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005, p. 21).

Dessa maneira, a identidade não é um elemento acabado e intrínseco às pessoas. Ela é fruto de uma construção e é constantemente posta a prova, sendo reafirmada ou modificada. Assim, a identidade é uma ficção, que precisa ser buscada e trabalhada.

De acordo com Hall (2003, p.12-13), no mundo pós-moderno, a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

A importância que a identidade adquire na sociedade atual advém do fato de que as noções que faziam com que as identidades sociais parecessem naturais – como raça, país ou local de nascimento, família – tornaram-se menos importantes, menos presentes ou mais diluídas. Ao perderem suas identidades definidas *a priori*, as pessoas passam a buscar desesperadamente, novos grupos com os quais possam dividir a ideia de pertencimento. “Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, pré-determinada e inegociável, a identificação se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso” (BAUMAN, 2005, p. 30).

Nas sociedades contemporâneas esse processo de constituição das identificações sociais é feito segundo a escolha de certas variáveis consideradas como ideais. Nesse sentido, Hall (2003, p. 13), aponta que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

Nesse sentido, as pessoas desejam reunir-se em grupos para dar consistência a suas identidades e fazem isso por meio da busca de uma integração em pretensas comunidades que também não estão disponíveis de forma acabada e, por isso, têm que ser buscadas e construídas.

O termo comunidade vem sendo utilizado para designar diferentes formas e níveis de interação social. De acordo com Ferreira (1968, p. 1), pode haver uma variedade de definições para a comunidade, dependendo do ponto de vista da análise. Assim, temos perspectivas subordinadas aos limites geográficos, em que somente as pessoas que vivem dentro de uma determinada área poderiam constituir uma comunidade; e enfoques que privilegiam o papel dos interesses sociais dominantes, em que pessoas ligadas por algum objetivo comum, mesmo que não vivam próximas, podem constituir uma comunidade. Para o autor (1968, p. 6), a comunidade é composta por um conjunto de seres humanos, individualmente vivendo dentro de numerosos tipos de grupos; sendo que o nível da experiência comunitária depende da qualidade da interação social que caracteriza cada um destes grupos e de suas conseqüentes inter-relações.

Consideramos que uma comunidade é formada por pessoas, ou grupos de pessoas, que estabelecem algum tipo de interação social, definido pela convergência de interesses comuns, não precisando, necessariamente, viver em espaços contíguos. A simples proximidade geográfica entre a moradia das pessoas não determina, em nossa concepção, que elas vivam comunitariamente, visto que precisamos considerar a existência de anseios, objetivos, gostos, crenças em comum.

Segundo Sennett (1998, p. 275), qualquer tipo de comunidade é mais do que um conjunto de costumes, de comportamentos ou de atitudes a respeito de outras pessoas. Uma comunidade é também uma identidade coletiva, gerada pela fantasia em comum. É uma maneira de dizer quem somos “nós”.

Bauman (2003, p. 7/8) destaca que comunidade é uma palavra que guarda sensações. O que quer que comunidade signifique, sabemos que sugere uma coisa boa - é bom ter uma comunidade, estar numa comunidade. Comunidade, no plano das idealizações, é um lugar confortável e aconchegante. É onde podemos relaxar, visto que não há perigos. “Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós”.

Dessa maneira, as fragilidades das relações e das instituições responsáveis pela manutenção das sensações de segurança e de bem-estar das pessoas, que se sentem cada vez mais sozinhas perante o mundo, são as razões pelas quais surge o desejo de se unirem a outras pessoas e, com elas, compartilharem as angústias, anseios e, sobretudo, aprovação social.

Precisamos nos sentir amparados e seguros e isso ocorre quando podemos conviver com pessoas que são capazes de nos entender e apoiar. Como Bauman (2003, p. 9) destaca, idealizamos a vida comunitária, considerando-a como um paraíso, porque não se trata de uma realidade em que vivemos e que conhecemos a partir de nossas experiências. Dessa maneira, soltamos nossa imaginação e glorificamos as vantagens de estarmos inseridos em uma comunidade.

Mas há grandes diferenças entre essa comunidade de nossos sonhos e a comunidade que potencialmente poderemos alcançar. Atualmente, para tentarmos fazer parte de uma comunidade, precisamos fazer uma escolha que envolve a liberdade e a segurança. De acordo com o autor,

Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito (BAUMAN, 2003, p.10).

Segundo Bauman (2001, p. 47), o processo de individualização característico da sociedade moderna traz para um número sempre crescente de pessoas uma liberdade sem precedentes de poder experimentar, mas, traz junto a tarefa sem precedentes de enfrentar as conseqüências. Assim, essa liberdade de fazer escolhas é portadora da insegurança que advém da possibilidade de errar, de tomar decisões equivocadas, isso porque não se tem mais a “confortável” sensação de ter o futuro pré-determinado externamente. As pessoas passaram a ser responsáveis por proporcionar a sua própria segurança e de sua família, não tendo mais um amparo tão forte de agentes externos.

Atualmente, as estratégias de fechamento revelam um desejo de retomar a segurança perdida, mesmo que isso signifique diminuir a liberdade. Vemos assim, que a comunidade, idealizada como um paraíso aconchegante, não é possível de ser alcançada, visto que só poderá se concretizar a partir de uma rigorosa e consciente obediência aos preceitos tidos como comuns.

Dessa forma, Bauman (2003, p. 19) afirma que a comunidade idealizada, como um círculo de entendimento comum, mesmo que seja alcançada, permanecerá frágil e vulnerável, necessitando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Assim, o autor destaca que serão desapontadas as pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar uma segurança de longo prazo, que tanta falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de libertarem-se da enfadonha tarefa de estar sempre realizando novas escolhas.

Sendo assim, as possibilidades de identificação social e inserção comunitária que temos, na atualidade, são possibilidades forçadas, produzidas, e que por serem intrinsecamente voláteis, devem ser sempre defendidas, reconstruídas ou até mesmo trocadas. Portanto, as estratégias socioespaciais em direção ao fechamento de certas parcelas das cidades, visando o estabelecimento de identificações e a criação de um ambiente comunitário, terão resultados sempre parciais e transitórios.

Consideramos, desse modo, que a busca por uma inserção comunitária via fechamento é uma contradição entre os interesses individuais e os interesses coletivos. As pessoas conquistaram o direito de realizarem suas próprias escolhas, exercendo assim, suas individualidades e suas liberdades. No entanto, não se desfizeram da necessidade de estabelecer identificações e de pertencerem a algum grupo e seguirem as regras necessárias para que permaneçam nele.

Bauman (2003, p.21) aponta que identidade significa “aparecer: ser diferente e, por essa diferença, ser singular”. Dessa forma, a busca por identidade não pode deixar de dividir e de separar. Diante da precariedade da construção solitária da identidade, o autor (2003, p.21) aponta que “os construtores da identidade procuram cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos”.

As pessoas acabam buscando um respaldo coletivo para suas ações individuais, partindo do princípio de que, se mais pessoas têm as mesmas opiniões ou tomam as mesmas atitudes, elas devem estar corretas. São geradas, assim, de acordo com o autor, “comunidades-cabide”, capazes de oferecer um seguro coletivo contra incertezas individualmente enfrentadas.

Dessa forma, a busca por comunidades na sociedade atual surge da insegurança gerada no processo de individualização e diluição das identidades pré-determinadas. A conquista da emancipação dos indivíduos traz consigo um sentimento de insegurança crescente, visto que as pessoas passam a ser responsáveis pelo seu próprio futuro, não tendo mais que obedecer a princípios determinados externamente. Nessa relação contraditória, as soluções para as inseguranças são buscadas individualmente, mas, diante da necessidade das pessoas de estabelecerem uma identidade, de respaldarem suas ações, unem-se com outras pessoas para criarem um novo tipo de “comunidade”.

São as “comunidades de iguais”, que se materializam em espaços cercados e guardados por sistemas de segurança, que deixam fora de seus muros os intrusos, os diferentes. Assim, para se sentirem seguros, certos segmentos sociais isolam-se em enclaves fortificados, com vigilância constante, conforme destaca Caldeira

(2000). Sendo assim, o novo tipo de “comunidade” almejada, aquela composta de “iguais” e materializada em espaços fechados, torna a contradição entre segurança e liberdade mais concreta e mais difícil de ser superada.

Utilizamos o termo comunidade entre aspas porque, segundo Bauman (2003, p.16), comunidade significa entendimento compartilhado do tipo natural e tácito, não sobrevivendo ao momento em que o entendimento torna-se autoconsciente, objeto de contemplação e exame. Dessa maneira, o que temos atualmente nos espaços residenciais fechados é a produção intencional de “pseudocomunidades”, construídas artificialmente, com a unidade sendo dada a partir de acordos pré-estabelecidos.

Dessa maneira, devemos nos questionar sobre o conteúdo dessas “comunidades de iguais” formadas dentro de espaços residenciais fechados. Como a união das pessoas nesses empreendimentos não é, digamos, espontânea, como se dão as interações sociais e ações coletivas nesses espaços?

A partir das entrevistas que realizamos com os proprietários de casas nos loteamentos fechados ribeirinhos, compreendemos que apesar deles valorizarem o estar entre “iguais”, de estabelecerem uma identificação social entre eles, não podemos considerar que a busca pelas “comunidades de iguais” seja realizada a partir da necessidade de sociabilidade e de intimidade. Ela é feita, antes de qualquer coisa, para respaldar o direito de permanecerem separados dos segmentos sociais mais pobres, vistos como ameaças.

Nesse sentido, Bauman (2003, p. 67) destaca que a característica mais marcante das comunidades-cabide é a natureza superficial, perfunctória e transitória dos laços que surgem entre seus participantes. Assim, nesses espaços os laços sociais são descartáveis. Nesses espaços, fica acertado de antemão que os laços podem ser desmanchados, visto que são transitórios, e, portanto, provocam poucas inconveniências e não são fonte de temor. Dessa forma, não há nas comunidades artificiais da contemporaneidade a produção, entre seus membros, de compromissos de longo prazo, nem de responsabilidades éticas.

O fechamento de parcelas da cidade por meio de barreiras tangíveis é realizado, portanto, com o intuito de tentar manter a unidade das “comunidades de iguais”, para que parcelas da sociedade, consideradas como qualitativamente diferentes, não se “misturem”, ameaçando a integridade e a homogeneidade dessas “comunidades”.

Para Bauman (2003, p. 104), a nova concepção de comunidade significa *mesmice* e a *mesmice* significa a ausência do Outro, especialmente um Outro que teima em ser diferente e, precisamente por isso, capaz de causar surpresas desagradáveis e prejuízos. “Na figura do estranho, o medo da incerteza, fundado na experiência da vida, encontra a largamente procurada, e bem-vinda, corporificação”.

Vemos, portanto, que a construção das “comunidades de iguais” é realizada à força, a partir do estabelecimento de fronteiras físicas e simbólicas entre o dentro e o fora, entre o homogêneo e a desordem. Dessa forma, apresenta-se a fragilidade dessas “comunidades”, visto que, por mais possibilidades que os segmentos de maior poder aquisitivo tenham de se apropriar segmentadamente dos espaços da cidade, não é possível extinguir completamente o convívio com os diferentes. Sendo assim, a unidade dessas “comunidades” é buscada por meio da separação física dos segmentos mais favorecidos da sociedade do caldeirão de misturas que constitui a cidade aberta.

3 - O que se revela por trás dos muros: loteamentos fechados ribeirinhos e a constituição de uma “comunidade de iguais”

A busca pela segurança, estimulada pela mídia, pelos empreendedores imobiliários e outros agentes, na sociedade atual, legitima a opção residencial de se fechar entre iguais, como defesa dos estranhos, percebidos como ameaça. Esse enclausuramento é resultado de buscas individuais para resolver a insegurança urbana, numa sociedade que se fragmenta e que tem suas práticas de solidariedade enfraquecidas.

Diante dos problemas enfrentados no cotidiano urbano, advindos das grandes desigualdades sociais existentes, as pessoas preferem se afastar ao invés de buscar soluções reais para os problemas da cidade como um todo. Dessa forma, tentam negar a presença das diferenças, afastando de si responsabilidades sociais.

A sociedade atual é balizada, portanto, pelo individualismo, ou seja, pelas buscas individuais, que suplantam o bem-estar coletivo. As pessoas não querem mais resolver os problemas da sociedade como um todo, buscam, individualmente, soluções para seus problemas dando as costas, muitas vezes, para as mazelas sociais.

De acordo com Hall (2003, p. 24), é lugar-comum na atualidade dizer que a época moderna fez surgir uma forma nova e decisiva de individualismo, no centro da qual se erigiu uma nova concepção do sujeito individual e sua identidade. No entanto, “isso não significa que nos tempos pré-modernos as pessoas não eram indivíduos, mas que a individualidade era tanto “vívida” quanto conceituada de forma diferente”.

Segundo Bauman (2001, p. 39), a apresentação dos membros da sociedade como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna. Essa apresentação, no entanto, não foi “uma peça de um ato: é uma atividade reencenada diariamente. A sociedade moderna existe em sua atividade incessante de ‘individualização’, assim, como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos chamada ‘sociedade’”.

Bauman (2001, p. 40/43) aponta, ainda, que a individualização consiste em transformar a “identidade” humana de um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os agentes da responsabilidade de realizar essa tarefa e das conseqüências de sua realização. “Na sociedade individualizada, os riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos; são apenas o dever e a necessidade de enfrentá-los que estão sendo individualizados”.

Uma das conseqüências da individualização é que ela altera as bases da cidadania. Bauman (2001, p. 45), apoiado em Tocqueville, afirma que libertar as pessoas pode torná-las indiferentes, sendo o indivíduo o pior inimigo do cidadão.

O “cidadão” é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à “causa comum”, ao “bem comum”, à boa sociedade ou à “sociedade justa”. Qual é o sentido de “interesses comuns” senão permitir que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses?

Assim, consideramos que o processo de identificação e de inserção comunitária buscado pelos segmentos de maior poder aquisitivo por meio do fechamento é baseado numa estratégia de separar, muito mais que de unir. De acordo com Bauman (2005, p. 85), os diferentes significados associados ao uso do termo ‘identidade’ contribuem para minar as bases do pensamento universalista. “As batalhas de identidade não podem realizar a sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que, unir. Suas intenções incluídas se misturam com (ou melhor, são complementadas por) suas intenções de segregar, isentar e excluir”.

Dessa forma, a intenção daqueles que buscam esses refúgios comunitários em espaços físico e simbolicamente fechados, como o caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, está muito mais ligada ao desejo de manter os indesejáveis fora, do que conviver mais estreitamente com seus iguais. Para Bauman (2005, p. 65),

O objetivo mais ampla e intensamente cobiçado é a escavação de trincheiras profundas, possivelmente intransponíveis, entre o “dentro” e o “fora” de uma localidade territorial ou categórica. Fora: tempestades, furacões, ventos congelantes, emboscadas na estrada e perigos por toda parte. Dentro: aconchego, cordialidade, *chez soi*, segurança, proteção. Já que, para manter o planeta inteiro seguro (de modo que não precisemos mais separar-nos do inóspito lado de fora) nos faltam (ou pelo menos acreditamos que nos faltem) ferramentas e matérias-primas adequadas, vamos construir, cercar e fortificar um espaço indubitavelmente nosso e de mais ninguém, um espaço em cujo interior possamos nos sentir como se fôssemos os únicos e incontestáveis mestres.

Assim, de acordo com Bauman (2003, p. 52), as “comunidades cercadas”, pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que as pessoas que possuem dinheiro ou crédito compram para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade são “comunidades” só no nome. “O que seus moradores estão dispostos a comprar pelo preço de um braço e de uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre dos intrusos”.

Embora, como aponta Caldeira (2000, p. 262), a idéia de comunidade não seja um elemento evidenciado na justificação ideológica da produção dos loteamentos fechados no Brasil, o que acontece sempre nos empreendimentos americanos, não consideramos que os moradores brasileiros desprezem a idéia de comunidade, como afirma a autora.

A partir das entrevistas realizadas nos loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que, mesmo que não haja uma evidência da idéia da comunidade como um atributo positivo a ser agregado aos imóveis, nos discursos que elaboram os empreendedores imobiliários, o ideal de identidade e de pertencimento a uma “comunidade de iguais” faz parte da percepção que os entrevistados deixaram transparecer em suas opiniões

sobre esses *habitats*. Dessa forma, podemos dizer que os aspectos ligados à formação de uma “comunidade de iguais”, base para um processo de identificação social, está presente na construção simbólica dos loteamentos fechados ribeirinhos, ainda que não sejam “vendidos” *a priori*, como os demais símbolos associados a esses espaços, entre eles a segurança e o contato harmonioso com a Natureza.

Não ser um símbolo destacado nos materiais de propaganda como importante e como diferenciador não significa que ele não entre na composição imaginária que fundamenta a percepção acerca dos loteamentos fechados ribeirinhos e que oriente as opções por um ou outro tipo de *habitat* que realizam seus proprietários. No caso estudado, observamos que embora não digam, de forma explícita, que se consideram fazendo parte de uma comunidade formada “por iguais”, os entrevistados constantemente se esforçam para se diferenciar das demais pessoas, das pessoas “de fora”, que em suas opiniões, são as causadoras de todos os problemas que ocorrem nos loteamentos.

As entrevistas realizadas mostram que os entrevistados não afirmam, explicitamente, que consideram a identificação social e a comunidade como fatores determinantes para a escolha dos loteamentos fechados ribeirinhos. No entanto, em vários comentários efetuados por eles, percebe-se essa identificação, como nos trechos destacados.

Aqui dentro do loteamento a gente pode ficar tranqüilo quanto a isso (quanto às “qualidades” dos outros proprietários). **As pessoas aqui são boas, são de confiança.** Eu nunca soube de nenhum problema que alguém daqui tenha causado. Para você ver, todos os desentendimentos, os problemas que às vezes acontecem aqui dentro são causados por **gente de fora**, gente pra quem o rancho foi emprestado, ou algum convidado que não conhece as regras do loteamento. Mas do resto, todo mundo se dá bem, então eu considero que as pessoas daqui são todas gente de bem (45 anos, bancário, proprietário de uma casa no loteamento Belvedere em Penápolis, residente na cidade de Birigui).

Eu não vejo problemas com as pessoas aqui de dentro não. Acho que a maior dificuldade é manter a privacidade, porque estamos todos compartilhando os mesmos espaços. Mas isso é feito de uma forma tranqüila, sem muitos problemas. A gente aqui pode se considerar como privilegiados de podermos ter um lugar como esses. Não vou dizer que todos aqui se amem, mas **nós temos as bases para uma convivência tranqüila.** Às vezes, acontece alguma coisa que nos desagrada, mas são fatos passageiros, pequenos mesmo, que na maior parte das vezes não é culpa dos proprietários e sim dos **visitantes**. Os proprietários já conhecem as regras aqui e sabem respeitá-las para que a gente continue se dando bem (56 anos, médico, residente na cidade São José do Rio Preto, proprietário de casa no loteamento Marina Bonita).

Assim, esses depoimentos são exemplos que nos mostram a separação que é feita pelos entrevistados entre o “nós” – proprietários de ranchos nos loteamentos – e os de fora, os outros – pessoas que deveriam ficar fora dos muros. No primeiro exemplo, o entrevistado, ao afirmar que dentro do loteamento pode ficar tranqüilo quanto à boa índole dos demais proprietários, acaba realizando um processo de qualificação e diferenciação das pessoas que possuem casas nesse loteamento e os de fora, ou que deveriam estar fora. Dessa maneira, considera o loteamento como um reduto de pessoas boas, de “gente de bem”, em quem se pode confiar.

Essa diferenciação entre os de dentro e os de fora fica evidenciada, quando aponta que todos os problemas do loteamento são resultantes das ações de pessoas que não possuem casas nesse empreendimento. No segundo exemplo, o entrevistado não encontra problemas em dividir os mesmos espaços com os demais proprietários, pois considera que eles têm uma base para a “convivência tranqüila”. Todos os de dentro, conhecem e respeitam as regras de sociabilidade dentro do loteamento, assim, possíveis problemas que ocorrem dentro do loteamento são causados pelos visitantes, que não compartilham das mesmas regras.

Outro entrevistado ao falar da segurança do loteamento fechado ribeirinho aponta que “aqui, você pode curtir a família, a tranqüilidade, à vontade, sem preocupação, que não vai chegar **qualquer um** aqui e tentar te roubar, te seqüestrar. É muito melhor”. (50 anos, proprietário de casa no loteamento Portal da Praia em Buritama e residente na cidade de São José do Rio Preto)

Na fala desse entrevistado, podemos perceber que considera as pessoas que possuem casas no mesmo loteamento que ele como diferentes das que não possuem. Ao dizer que, no loteamento não vai “chegar

qualquer um”, que poderá roubar e seqüestrar, o entrevistado qualifica os demais proprietários, como não sendo pessoas que oferecem perigo, elas são “alguém” e não se tratam de qualquer um.

Em outro momento da entrevista, ao comentar um furto que ocorreu no loteamento fechado ribeirinho em que possui sua casa, esse mesmo entrevistado afirmou:

Eu tenho certeza de que não foi ninguém daqui não. As **pessoas daqui de dentro** do loteamento não precisam disso. Por que alguém daqui ia roubar? Isso foi coisa de **gente de fora**, de gente que entrou aqui no loteamento, não foi gente daqui. **Aqui todo mundo é do bem.**

Verificamos, assim, que o entrevistado reforça a idéia de que as pessoas de dentro do loteamento não precisam roubar, pois são todas “gente de bem”, diferentemente das pessoas de fora do loteamento, que podem oferecer perigo.

Para uma entrevistada residente em Araçatuba,

É bom **estar entre pessoas em que podemos confiar**. Aqui dentro a gente não precisa ficar se preocupando, se um vizinho vai fazer alguma coisa, ou outra pessoa. É diferente, a gente sente mais segurança, não precisa ficar com medo de conhecer outra pessoa, porque a gente vem pra cá com os mesmos interesses. A gente compartilha o gosto pela natureza, pelo barulho dos passarinhos, mexer na terra, os peixes, é muito gostoso. E, você saber que está perto de outras pessoas que também gostam disso, é muito bom. A gente gosta muito daqui e das outras pessoas, não temos problemas com elas não. **Aqui todo mundo sabe o seu lugar**, ninguém invade o espaço de ninguém, ninguém incomoda ninguém, é uma maravilha (56 anos, aposentada, proprietária de casa no loteamento Jardim Itaparica em Buritama).

Para essa entrevistada, estar entre pessoas em que se pode confiar traz uma sensação de segurança, visto que não precisa temer o relacionamento com as outras pessoas do loteamento. Os outros proprietários são percebidos como pessoas civilizadas, que sabem o seu lugar e que não incomodam ninguém. Considera, assim, que há uma homogeneidade entre eles que permite uma segurança nos relacionamentos que não acontece na cidade aberta, onde a heterogeneidade é predominante, o que faz com que os relacionamentos sejam marcados pela imprevisibilidade. Sem ter o controle do acesso, as outras parcelas das cidades podem reservar “surpresas” desagradáveis para as pessoas, que podem conhecer e se relacionar com pessoas que se mostrarão inconvenientes.

De acordo com Bauman (2001, p. 116), os espaços auto-cercados são ambientes purificados. Nesses espaços, é oferecido o reconfortante sentimento de pertencer, de fazer parte de uma comunidade. A ausência de diferença, o sentimento de que “somos todos semelhantes”, o suposto de que não é preciso negociar, pois temos a mesma intenção, é o significado mais profundo da idéia de comunidade e a causa última de sua atração.

Podemos dizer que “comunidade” é uma versão compacta de estar junto, e de um tipo de estar junto que quase nunca ocorre na “vida real”: um estar junto de pura semelhança, do tipo “nós que somos todos o mesmo”; um estar junto que por essa razão é não-problemático e não exige esforço ou vigilância, e está na verdade pré-determinado; um estar junto que não é uma tarefa, mas o “dado” e *dado* muito antes que o esforço de fazê-lo (BAUMAN, 2001, p. 116-118, grifo do autor).

De acordo com Sennett (1998, p. 275/276), o que emerge nos últimos cem anos, quando as comunidades de personalidade coletiva começaram a se formar, é que o imaginário compartilhado se torna um freio à ação social compartilhada. A única transação capaz de engajar o grupo é o ato da purificação, a rejeição e o castigo daqueles que não são como os demais.

Essa questão da identificação entre os de dentro e a contraposição com os de fora, é recorrente nas entrevistas realizadas. Os entrevistados identificam os outros proprietários como pessoas boas e de confiança, associando todos os problemas, desde roubos até desentendimentos e brigas, com pessoas de fora dos loteamentos fechados ribeirinhos, que não possuem casa nesses espaços. Assim, acabam emitindo um juízo de valor que qualifica as pessoas de dentro e desqualifica as de fora. A identificação das pessoas nesses loteamentos dá-se, portanto, pela constatação de que todas elas possuem o atributo de terem uma boa índole,

de serem respeitáveis, de não oferecerem perigo, gerado apenas por aquelas pessoas que não deveriam adentrar os muros, por não possuírem as “qualidades” necessárias.

Assim, os loteamentos fechados ribeirinhos são exemplos de espaços onde é produzida uma identificação comunitária para que as pessoas possam separar os de fora e ficar dentro dos muros com as pessoas que, supostamente, não lhes oferecem perigo. De acordo com Sennett,

Imagens de solidariedade comunitária são forjadas para que os homens possam evitar lidar com outros homens... Por um ato de vontade, uma mentira se quiserem, o mito da solidariedade comunitária deu a essas pessoas modernas a possibilidade de ser covardes e esconder-se dos outros... A imagem da comunidade purificada de tudo o que pode implicar um sentimento de diferença, ou o conflito, a respeito de o que “nós” somos. Desse modo, o mito da solidariedade comunitária é um ritual de purificação (SENNETT, 1998).

Outro fator levantado pelos entrevistados como elemento de identificação entre eles e os demais proprietários diz respeito à apreciação da pesca e da Natureza. Para os entrevistados, a união nesses espaços ocorre porque todos possuem gostos comuns, visto que todos desejam estar em contato mais direto com a Natureza ou realizar a pesca. Para eles, estar entre pessoas que apreciam os mesmos tipos de coisas gera uma sensação agradável, um sentimento de pertencimento, vindo do fato de que as outras pessoas do loteamento compartilham os mesmos interesses que elas. Destacamos sobre essa questão, os depoimentos de alguns entrevistados:

“Aqui dentro é tudo **gente como a gente**, que gosta de água, de tranquilidade, de estar em um lugar bonito, calmo. Que gosta de descansar com a família e os amigos longe da agitação da cidade, que tem muito barulho, muita gente. **Então, a gente se identifica**”(45 anos, professora, residente na cidade de Birigui proprietária de casa no loteamento Portal da Praia em Buritama).

É claro que nós aqui dentro possuímos alguns gostos em comum. Isso facilita a sociabilidade, parece que dá a sensação de que somos parecidos, de que nos entendemos. Então, você fica à vontade para comentar alguma coisa de pesca com alguém que encontra no rio, de fazer um comentário sobre um passarinho, sobre uma planta. **Aqui dentro a gente corre menos risco** de dar uma “bola fora”, porque **sabemos onde pisamos** (43 anos, vendedor, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Jardim Itaparica).

Dessa forma, apontamos a presença de uma identificação no plano simbólico entre os proprietários, que se percebem como diferentes dos de fora - causadores de problemas - e iguais aos de dentro – gente de bem, que gosta da Natureza. Essa unidade, essa purificação das relações interpessoais buscada nas comunidades de iguais não é completa. Nesse sentido, Bauman (2001, p. 202) destaca que o “nós” significa pessoas como nós e “eles” significa pessoas que são diferentes de nós, no entanto, isso não significa que as pessoas consideradas como “nós” sejam idênticas entre si e que as pessoas consideradas como “eles” sejam totalmente diferentes de quem se inclui no “nós”.

Não que “nós” sejamos idênticos em tudo; há diferenças entre “nós”, ao lado das características comuns, mas as semelhanças diminuem, tornam difuso e neutralizam seu impacto. O aspecto em que somos semelhantes é decididamente mais significativo que o que nos separa; significativo bastante para superar o impacto das diferenças quando se trata de tomar posição. E não que “eles” sejam diferentes em tudo, mas eles diferem em um aspecto que é mais importante que todos os outros, importante o bastante para impedir uma posição comum e tornar improvável a solidariedade genuína, independente das semelhanças que existam (BAUMAN, 2001, p. 202).

Assim, nas comunidades de iguais contemporâneas, a identificação de diferenças e semelhanças, dos de “dentro” e dos de “fora” é feita mediante a seleção de variáveis que os segmentos de maior poder aquisitivo consideram como importantes. Diante das contradições existentes nas relações sociais, fazendo com que segmentos sociais distintos possuam, ao mesmo tempo, características iguais e diferentes, faz com que aqueles que estão no poder de escolher, definam sua identificação a partir do privilegiamento de características que os distingam dos segmentos mais pobres. Onde poderia haver solidariedades, se fossem

consideradas as características comuns, são criadas barreiras, materiais e simbólicas, para ressaltar as diferenças.

Segundo Bauman (2005, p. 19), no processo de busca pela identificação na sociedade contemporânea, há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. Nos loteamentos fechados ribeirinhos, a construção da identificação entre os de dentro, serve para ressaltar as diferenças em relação aos de fora e, portanto, mostrar material e simbolicamente que esses empreendimentos são espaços para pessoas com qualidades específicas.

Identificamos dessa maneira, que os entrevistados consideram-se fazendo parte de um grupo que compartilha identidades e que pode ser considerado como uma “comunidade de iguais”, em que todos os membros possuem características semelhantes, visto que pertencem a níveis socioeconômicos equivalentes e tem gostos em comum. Sendo assim, mesmo que não haja uma construção ideológica por parte dos empreendedores imobiliários no sentido de valorizar o ideal de comunidade; e que os entrevistados não tenham dito explicitamente que buscavam fazer parte de uma comunidade ao buscarem os loteamentos fechados ribeirinhos, percebemos que eles dão importância para estar entre pessoas consideradas como iguais: pela confiança que sentem em relação aos seus “iguais”, porque os consideram “civilizados” e porque todos eles gostam da “Natureza”.

É importante destacar que não estamos considerando, nesse caso, a comunidade como sendo o círculo aconchegante, em que há um entendimento compartilhado e natural. Entendemos a “comunidade de iguais” instituída nos loteamentos fechados ribeirinhos no sentido contemporâneo, como uma produção intencional, com a unidade sendo dada a partir de acordos pré-estabelecidos.

Dessa forma, observamos nos loteamentos fechados ribeirinhos uma tentativa de construção de uma comunidade – constituída por iguais – em que, supostamente, ninguém é estranho e ninguém oferece perigo. Nesse tipo de comunidade, o que é buscado é a homogeneidade e a previsibilidade. Todos que são considerados como diferentes – como não tendo os atributos para merecerem estar dentro dos muros – são deixados de fora e associados com a geração de problemas e perigo.

Desse modo, consideramos que o que os consumidores dos loteamentos fechados ribeirinhos querem respaldar coletivamente, é a possibilidade de desfrutarem de seus momentos de lazer em espaços homogêneos, longe dos segmentos sociais indesejados.

Depois de termos identificado que os loteamentos fechados ribeirinhos oferecem aos seus consumidores um processo de identificação e de inserção em uma comunidade de iguais, mesmo que esses valores não estejam vinculados explicitamente, *a priori*, a esses empreendimentos, realizaremos uma análise mais aprofundada sobre os conteúdos dessa identificação e desse relacionamento comunitário, que os entrevistados deixam transparecer em seus discursos, como se fossem harmônicos e portadores apenas de qualidades positivas.

4 - A simulação da “comunidade de iguais” e da identidade: atitudes segregacionistas e de distinção social nos loteamentos fechados ribeirinhos

Fazer parte de uma comunidade atualmente não tem nada de natural ou espontâneo, como já destacamos. É uma busca que só poderá ser alcançada a partir do cumprimento de várias regras e acordos. A partir da realização de entrevistas e de observações em campo verificamos que, embora a dimensão da identificação e da “comunidade de iguais” esteja presente na percepção das pessoas entrevistadas, essa comunidade não se realiza efetivamente, a não ser como simulação.

As pessoas dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos não estabelecem relações estreitas entre si. A sensação de tranquilidade advinda do fato de estarem entre semelhantes é garantida com a constatação do pertencimento a um mesmo nível socioeconômico e do compartilhamento de certos interesses. Mas essa tranquilidade gerada pela homogeneidade das pessoas não vem acompanhada de um número significativo de relacionamentos entre elas. Elas se sentem bem por saberem que podem se relacionar sem preocupações com as outras pessoas do loteamento, porém, não sentem a necessidade de se relacionarem efetivamente com elas. A segurança e a tranquilidade ficam, assim, ligadas à potencialidade do convívio.

Retomando a fala da entrevistada a qual afirma que, dentro do loteamento, “é tudo gente como a gente” e que “a gente se identifica”, podemos observar essa visão. Ao ser perguntada sobre as pessoas com quem mantinha relacionamentos dentro do loteamento ela respondeu:

Olha, eu conheço os meus vizinhos aqui do lado. Conheço assim, a gente se cumprimenta, fala da pescaria, só isso. A gente não tem amigos aqui dentro, só fala bom dia, boa tarde. Agora, fazer alguma coisa juntos a gente não faz não. É porque a gente sempre vem em família ou traz os nossos amigos de fora. Acho que é isso que dificulta a gente conhecer as outras pessoas daqui. Mas são todos gente boa (45 anos, professora, residente na cidade de Birigui, proprietária de casa no loteamento Portal da Praia em Buritama).

A partir dessa fala, podemos constatar que a identificação não implica em relacionamento. A entrevistada reitera que as pessoas de dentro do loteamento são “todos gente boa”, mas revela que não estabelece contatos estreitos com nenhuma delas. As relações são apenas de cordialidade. Sendo assim, que tipo de comunidade é essa, em que seus membros desejam apenas a proximidade e não a convivência?

Destacamos a seguir, mais alguns depoimentos que apontam nesse sentido:

A gente se conhece, às vezes nos encontramos na cidade, nos cumprimentamos, perguntamos do rancho, se está tudo bem. Então temos um ambiente que permite que a gente quando encontra a pessoa, reconheça que ela é do loteamento. Isso dá uma sensação agradável. Mas tudo fica por aí. Nós não saímos juntos, quando não estamos no rancho e quando a gente está lá, temos algumas conversas casuais, mas não posso dizer que tenhamos amigos lá. As relações são mais superficiais, mas quem sabe se com o tempo a gente não melhora isso (45 anos, dentista, residente na cidade de Araçatuba, proprietário de casa no loteamento Recanto Belvedere).

Eu sei que as pessoas aqui se dão bem, mas não é uma relação de amizade, de você ir na casa do outro, de almoçar junto, essas coisas. A gente conversa quando a gente se encontra, troca algumas palavras e só. Mas por exemplo, eu tenho amigos aqui dentro, só que eu já os conhecia antes, então são amizades lá de fora. A gente não virou amigo de ninguém aqui dentro. Mas não sei se isso é geral, ou se é um caso específico da minha família (43 anos, farmacêutico, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Riviera Santa Bárbara).

Podemos inferir, assim, que os proprietários de casas nos loteamentos fechados ribeirinhos entrevistados, não desejam adquirir com essa comunidade um círculo de amizades, de compartilhamento de atividades, mesmo possuindo gostos comuns. Não procuram trocar experiências uns com os outros. Sentem-se satisfeitos apenas de saber que podem confiar nas outras pessoas que se encontram dentro do loteamento.

Esse fato faz com que tenhamos ratificada a idéia de que o tipo de comunidade buscada nos loteamentos fechados ribeirinhos seja a definida por Bauman (2003, p. 21) como “comunidade-cabide”, em que as pessoas buscam exorcizar coletivamente suas ansiedades experimentadas individualmente.

Essa técnica de construção só pode criar “comunidades” tão frágeis e transitórias como emoções esparsas e fugidias, saltando erratically de um objetivo a outro na busca sempre inconclusiva de um porto seguro: comunidade de temores, ansiedades e ódios compartilhados – mas em cada caso comunidades “cabide”, reuniões momentâneas em que muitos indivíduos solitários penduram seus solitários medos individuais (BAUMAN, 2001, p. 47).

Nesse sentido, o símbolo de “comunidade de iguais”, que é percebido pelos entrevistados como atributo dos loteamentos fechados ribeirinhos, esconde o que na verdade buscam. Não querem, como já afirmamos, relacionar-se com pessoas que consideram iguais, querem, antes de tudo, ficar longe das que consideram diferentes. Assim, os muros e o controle do acesso não servem para demarcar um território em que os relacionamentos podem ocorrer tranquilamente. Demarcam espacialmente a fronteira que existe entre os diferentes estratos sociais, ou seja, delimitam fisicamente o espaço dos mais ricos – dentro – e o espaço dos mais pobres – fora.

Nesse caso, observamos que a construção dessa “comunidade de iguais” é resultado de uma ação segregacionista, que pretende deixar de fora o diferente que, nessa situação, são os segmentos mais pobres da sociedade. A homogeneidade da comunidade é dada, principalmente, pelo fator econômico, visto que os proprietários se consideram iguais por possuírem o mesmo poder aquisitivo e se separam dos outros por meio de barreiras físicas, com grande componente simbólico.

Sua identificação serve, assim, como uma justificativa para segregarem os outros. Ao se unirem coletivamente, os “iguais” respaldam suas intenções de deixar de fora os “outros”, visto que não desejam com sua união criar um espaço de proximidade, de convívio entre pessoas com interesses comuns, e sim um espaço em que não precisem se preocupar com a presença dos mais pobres. O símbolo de comunidade e de identidade é utilizado, assim, não com a intenção de impor uma fronteira que ofereça relações confortáveis para os de dentro, mas, sobretudo, que deixe os diferentes de fora. É uma comunidade baseada na proteção de interesses comuns, sendo o principal deles, a demarcação da posição social dos proprietários.

Esse caráter dos loteamentos fechados ribeirinhos fica claro, quando analisamos a fala da secretária da associação de proprietários do loteamento Lago Azul localizado no município de Buritama, quando justificou a negação de nossa entrada no loteamento para a realização das entrevistas: Olha, eu não vou poder deixar você entrar porque as pessoas pagam justamente para não serem incomodadas. Está no regimento. Elas querem tranquilidade, não querem ninguém indesejado batendo nas suas portas. É um direito delas.

Vemos, assim, que o fechamento permite que as pessoas não sejam incomodadas por pessoas indesejadas. No grupo dessas pessoas indesejadas, podemos incluir os vendedores, os mendicantes, os pesquisadores tentando realizar suas entrevistas, enfim, todas aquelas pessoas que não possuem as “qualidades” consideradas como válidas para se adentrar os muros.

Em nome da busca por segurança, o fechamento revela ser um processo que tenta minimizar os impactos decorrentes do confronto entre realidades sociais diferentes, entre alteridades. Isso ocorre, por dois motivos complementares - os mais pobres são alvo de um mecanismo que os associa com a imagem de perigo ou classe perigosa, e também porque as pessoas desejam ficar longe do incômodo de constatarem que existem pessoas que vivem em condições muito precárias, o que poderia gerar algum tipo de peso em suas consciências. As barreiras servem assim, para criar um ambiente em que essas diferenças não apareçam, podendo ser esquecidas. Ao simular espaços homogêneos quanto à situação socioeconômica, as pessoas acirram o abismo que existe entre os diferentes segmentos sociais.

Uma das entrevistadas relata que, dentro dos loteamentos, ela se sente como num mundo ideal e que valoriza não estar em contato o tempo todo com os problemas sociais.

É uma coisa assim, estranha, mais eu moro em um loteamento e tenho um rancho dentro de um loteamento. Então, para mim, nos espaços que eu convivo mais, as coisas estão boas. Eu não preciso ver os problemas das outras pessoas, como é comum no restante da cidade. Pessoas pedindo dinheiro, dormindo na rua, aquelas criancinhas doentes, todas sujas. Não é que eu não saiba que isso existe, mas eu não fico em contato com isso todo o tempo. Porque é difícil, às vezes a gente não pode fazer nada. Para que vai ficar se sensibilizando. Se eu pudesse fazer alguma coisa, mas eu não vou conseguir mudar o mundo (48 anos, empresária, residente em um loteamento fechado na cidade de São José do Rio Preto e proprietária de casa no loteamento Orla Um em Buritama).

Esse depoimento é revelador de como algumas pessoas dos segmentos de maior poder aquisitivo evitam os problemas decorrentes das desigualdades sociais. Como consideram não serem responsáveis pelas adversidades vividas pelos mais pobres e não se sentem capazes de fazer alguma coisa para melhorar essa situação, preferem frequentar espaços em que esses problemas não estejam visíveis. As pessoas sabem que o problema existe, mas preferem não “ficar se sensibilizando”, “se chocando a todo o momento”.

De acordo com Bauman (2003, p. 59), no mundo acolchoado, maleável e informe da elite global dos negócios e da indústria cultural, em que tudo pode ser feito e refeito e nada vira sólido, não há lugar para realidades obstinadas e duras como a pobreza, nem para a humilhação que representa a incapacidade de participar do jogo do consumo.

Para Elias (1994, p. 17), uma das questões centrais da sociedade contemporânea é como criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e as exigências feitas a cada indivíduo para a manutenção e eficiência do todo social, de outro. O que vemos é que entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida em sociedade há um abismo intransponível. Isso cria uma contradição, visto que só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação, conflito.

Dessa maneira, por vivermos em sociedade, nossa existência está conectada a das outras pessoas, somos indivíduos que dependemos uns dos outros e juntos formamos um todo social. Então, não se sustenta a

afirmação de que não temos responsabilidade sobre o destino das outras pessoas. Essa responsabilidade pode não advir diretamente de nossas ações concretas, mas de nossa omissão com o objetivo maior de coesão e de equiparação social.

O que temos observado, atualmente, é que diante da impossibilidade – estrutural e intrínseca – ao modo capitalista de produção de fazer com que toda a sociedade goze de satisfação individual suficiente, as pessoas buscam se isolar e se fechar em comunidades em que todos os membros tenham alcançado certo nível socioeconômico. Assim, não precisam conviver com os problemas daqueles que ainda não atingiram níveis aceitáveis de satisfação individual.

O enclausuramento de parcelas da cidade com o objetivo de manter uma unidade social homogênea representa, portanto, uma das maneiras mais radicais e eficientes de remoção dos “dejetos humanos”, que segundo Bauman (2005, p. 38/39), consiste em torná-los invisíveis, para que não precisemos olhá-los e nem pensar neles. Eles só nos preocupam quando as defesas elementares da rotina se rompem. A fronteira entre o admitido e o rejeitado, o incluído e o excluído, precisa ser constantemente vigiada, porque não é uma fronteira natural.

Assim, a “comunidade de iguais” estabelece-se para que, juntos, exerçam o controle social sobre seus espaços, deixando de fora os diferentes, representados nesse caso, pelos mais pobres. Sabemos que essas pessoas que tentam fazer parte desse tipo de “comunidade de iguais” não são de fato idênticas, mas compartilham de certo grau de homogeneidade socioeconômica e de interesses na apropriação dos espaços dos loteamentos, que as fazem se identificarem como iguais e se diferenciarem dos de fora.

A comunidade não é tida como um espaço de entendimento e compartilhamento. As pessoas nos loteamentos fechados ribeirinhos não estão preocupadas com o bem-estar comum. Não conseguem nem mesmo entrar em acordo sobre questões corriqueiras relativas ao funcionamento do loteamento, pois consideram, como na fala de um entrevistado, que “loteamento é conflito”. Mesmo em espaços em que as outras pessoas são consideradas como iguais é difícil equalizar os interesses individuais. Os proprietários não estão interessados nem em comparecer nas assembléias promovidas pelos loteamentos. Assim, não estão se unindo em busca de ideais comuns, de criar um espaço em que possam compartilhar conjuntamente um convívio tranquilo. Unem-se, principalmente, para deixar os “outros” de fora.

Sobre esse aspecto, destacamos alguns depoimentos que mostram que a comunidade de iguais formada dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos, além de não ser baseada na busca por relacionamentos efetivos entre seus membros, também não garante uma identificação total entre os de dentro e nem garante, mesmo que se considerem como boas pessoas, uma visão homogênea e sem conflitos sobre os problemas e decisões relativas ao loteamento.

Você tocou numa questão delicada. As assembléias aqui são pouco frequentadas, mas quando tem alguma coisa importante para decidir, geralmente quando envolve a destinação do dinheiro do condomínio, as pessoas comparecem. Aí, é aquela história, um quer uma coisa, outro quer outra. Geralmente, as pessoas só querem aquilo que vai beneficiar a elas mesmas. É difícil chegar em um acordo comum. (...) É por isso que eu digo que condomínio é conflito (45 anos, bancário, residente na cidade de Birigui, proprietário de casa no loteamento Recanto Belvedere).

Às vezes é complicado chegar em um entendimento. A gente tem divergências aqui dentro também. Na maior parte das vezes, a gente discorda sobre assuntos ligados às regras do condomínio e sobre as formas de fazer cumprir essas regras. Tem gente que sabe que não vai cumprir e então não aceita a cobrança de multa. Então, nesse sentido, as pessoas às vezes não têm as mesmas opiniões (61 anos, empresário, residente em Monte Aprazível, proprietário de casa no loteamento ribeirinho Riviera Santa Bárbara).

Sempre tem aqueles que são diferentes, que não compartilham das mesmas idéias que a maioria, que não sabem respeitar as coisas e as pessoas (40 anos, arquiteta, residente na cidade de São José do Rio Preto, proprietária de casa no loteamento Marina Bonita).

Dessa forma, esses depoimentos mostram que o entendimento entre os proprietários de ranchos nesses empreendimentos não é total. Existem divergências entre eles, sobretudo no que se refere às formas de se gastar o dinheiro e às benfeitorias que vão ser realizadas pelo empreendimento. Cada proprietário deseja atender a seus interesses individuais, mostrando que nem entre os “iguais” existe uma homogeneidade de idéias e interesses, além de não haver o desejo de bem-estar coletivo. Dentro do próprio grupo de “iguais”,

mesmo considerados como exceção, existem “aqueles que são diferentes”, que não possuem as mesmas idéias e não compartilham da aceitação das mesmas regras.

Esse fato demonstra que a homogeneidade social buscada dentro dos empreendimentos residenciais fechados não é alcançada totalmente. Mesmo que as pessoas nesses espaços tenham um poder aquisitivo equiparável e gostos em comum, elas não são idênticas e os interesses individuais acabam suplantando os coletivos. Outro fator que ratifica a não homogeneidade plena na “comunidade de iguais” é o desejo que as pessoas têm de se diferenciar dos demais, no interior dos próprios loteamentos. Isso porque, embora privilegiem desfrutar seus momentos de lazer entre “iguais”, ou seja, entre pessoas que supostamente não oferecem perigo, os proprietários de casas nesses empreendimentos fechados buscam maneiras de estabelecer distinções dentro de seu próprio segmento, visto que, estão sempre procurando construir uma casa com mais estilo que a outra, um modelo de piscina mais moderno, enfim, demonstram a intenção de evidenciar que os “iguais”, na verdade, não são tão iguais assim. Podemos constatar, portanto, que a diferenciação buscada nesses loteamentos fechados ribeirinhos não diz respeito apenas à separação e/ou à demarcação da distinção social em relação aos segmentos de menor poder aquisitivo, uma vez que, no âmbito do mesmo segmento socioeconômico, tentam se diferenciar mostrando mais estilo, melhor bom gosto e mais *status*.

Nos loteamentos fechados ribeirinhos, a sociabilidade entre os “iguais” não é tão privilegiada como o desejo de compartilhamento, mesmo sem efetivos relacionamentos, de um espaço social pretensamente homogêneo. Nesse sentido, os loteamentos estudados criam um simulacro de vida em comunidade e de identidade constituída a partir dela. Os consumidores desses empreendimentos percebem esses espaços como homogêneos e a partir dessa percepção, vivenciam e compartilham os espaços dos loteamentos ribeirinhos como se houvesse um laço de identificação que os unisse entre si e os distinguisse dos de fora. Ao efetivar essa apropriação, produzem novos sentidos para a noção de comunidade e de identidade, baseados em sua simulação. Não uma simulação significando simples imitação do real, e sim, como destaca Baudrillard (1979, p. 5/8), aquela que se constitui por meio de um processo que gera novos modelos de algo real, que não possuem origem na realidade – o hiperreal.

Assim, a comunidade e a identificação social oferecidas pelos loteamentos fechados ribeirinhos são realizadas mediante o consumo desses espaços e dos símbolos associados a eles. Dessa forma, diante do crescente papel que o consumo adquire nas nossas vidas, influenciando em nossas escolhas espaciais e nas nossas relações pessoais, as identidades e a inserção comunitária podem ser adquiridas mediante a compra de mercadorias e seus símbolos embutidos, e trocadas constantemente, de acordo com o surgimento de padrões mais sedutores.

Segundo Baudrillard (1995, p. 22), vivemos em uma sociedade em que o consumo invade a vida das pessoas, num processo em que as relações sociais, juntamente com as satisfações pessoais passam a ser definidas por meio dele. Para o autor, o consumo é estruturado como uma linguagem, na qual não se trata mais da apropriação individual do valor de uso dos bens e dos serviços, mas da lógica da produção e manipulação dos significantes sociais. Segundo ele,

(...) nunca se consome o objeto em si (no seu valor de uso) – os objetos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal, quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior (BAUDRILLARD, 1995, p. 60).

Bourdieu (2007) afirma que no processo de consumo, nossas escolhas servem para tornar visível um estilo de vida que marca nossa posição no espaço social. Sendo assim, podemos falar de um consumo distintivo, palco das disputas simbólicas por distinção na hierarquia social. Mais do que a simples propriedade dos bens, devemos considerar as formas de apropriação que os sujeitos realizam, visto que os bens não apenas refletem a distinção, mas operam como seus produtores.

Para Giddens (2004, p. 287), o *status* passou a expressar-se através dos estilos de vida das pessoas. As marcas e símbolos de status – como os alojamentos, o vestuário, a maneira de falar e a ocupação – ajudam a moldar o posicionamento social dos indivíduos aos olhos dos outros. As pessoas que partilham o mesmo *status* formam uma comunidade na qual existe um sentido de identidade partilhada.

De acordo com Veblen (1980), quando as linhas demarcatórias entre as classes sociais se tornaram mais vagas e transitórias, o consumo foi escolhido como o meio para os diferentes segmentos se diferenciarem. Desse modo, os indivíduos dos segmentos mais privilegiados buscam se diferenciar daqueles das camadas

inferiores, que procuram *status* na imitação de hábitos e práticas tidos como característicos dos segmentos mais abastados. Esse processo de distinção social por meio do consumo é potencializado pelo fato de que as pessoas passam a conviver no meio urbano, estando “expostas à observação de muitas pessoas, que não têm outros meios para julgar sua boa reputação, exceto mediante a exibição de bens” (VEBLEN, 1980, p. 57).

O consumo distintivo é assim, uma maneira das pessoas se estabelecerem em relação ao restante da sociedade e também, para si próprios. Dessa forma, por meio do consumo, que em nossa sociedade é baseado na ostentação e nas aparências, podemos ter a constituição de identidades e da sensação de pertencimento à comunidades, que são antes de mais nada, fruto de construções simbólicas e do fechamento material no intuito de ressaltar a diferenciação das pessoas por seus gostos e seu poder aquisitivo. Sendo assim, o consumo material e simbólico das mercadorias, incluídas aí os loteamentos fechados ribeirinhos, se dá por meio do consumo das imagens associadas a elas, capazes de diferenciar seus consumidores das demais pessoas, comunicando aos “outros” que entre eles existe uma distinção.

Como as identidades são produzidas a partir das pessoas com as quais nos relacionamos e das mercadorias que consumimos, os loteamentos fechados ribeirinhos são espaços propícios para a conotação de *status* e diferenciação social aos seus consumidores. São empreendimentos que além de serem distintivos por serem exclusivos - não acessíveis a todos - oferecem a possibilidade de relacionamento entre pessoas que simbolicamente possuem o mesmo nível, as mesmas qualidades, fato que reforça o *status* das identidades criadas nesses ambientes, visto que reforçam o capital social de seus consumidores.

De acordo com Bourdieu (1998, p. 67), o capital social refere-se à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns – passíveis de serem percebidas pelo observador – mas também, unidos por ligações permanentes e úteis. No caso dos loteamentos fechados ribeirinhos, constatamos que eles não são espaços que oferecem redes de relacionamento fortes e duradouras, mas consideramos que as vinculações das pessoas, mesmo que frágeis e simbólicas, nesses espaços, são capazes de contribuir com o aumento do capital social, ao passo que esses espaços e a potencialidade das relações homogêneas que possibilitam atestam e tornam visíveis as posições sociais de seus frequentadores e deixam explícita a concepção de estilo de vida que querem passar.

Assim, mesmo que o capital social gerado a partir da vinculação de pessoas a um mesmo grupo, nos loteamentos fechados ribeirinhos, não seja advindo dos contatos, das trocas e das influências objetivas que as pessoas do grupo podem se oferecer, o fato de compartilharem o mesmo espaço, os conecta no plano simbólico, dando às pessoas do grupo a capacidade de reverterem em vantagens pessoais a distinção e o *status* que esses espaços e que as pessoas que os consomem oferecem. Nesse sentido, destacamos o depoimento de uma entrevistada que aponta a valorização do empreendimento em que possui um rancho, em razão de que pessoas consideradas como “importantes”, adquiriram lotes nesse empreendimento.

Olha, para mim, eu vejo vantagens sim, nas pessoas daqui terem um certo nível. O condomínio valoriza, dá a impressão de ser mais bem frequentado, então, o preço dos lotes aumenta e o condomínio passa a ser visto como melhor. Então, aqui no nosso condomínio a gente tem médicos, advogados, até um juiz veio olhar uma casa aqui, mas não sei se ele comprou. Então, a presença de pessoas importantes dá uma valorizada, passa a impressão de um ambiente mais requintado (empresária, 41 anos, proprietária de casa no loteamento ribeirinho Belvedere, residente na cidade de São José do Rio Preto).

Essa entrevistada percebe a presença de pessoas com profissões consideradas como portadoras de *status* no loteamento fechado ribeirinho como um fator de valorização material dos preços dos lotes e de uma valorização simbólica no sentido de que o loteamento passa a ser visto como um ambiente “mais requintado”. Temos assim, um exemplo de que mesmo as pessoas não estabelecendo laços efetivos dentro dos loteamentos fechados ribeirinhos, elas podem fazer uso do capital social gerado a partir do compartilhamento desses espaços por pessoas de nível social considerável.

De acordo com Bourdieu (1998, p. 166),

O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos (capitais) necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão.

O consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos agrega valor ao capital social de seus consumidores, servindo para que as pessoas possam exibir seus gostos e seus estilos de vida, identificando-se com pessoas e com espaços carregados de prestígio. Dessa maneira, numa sociedade que privilegia o consumo de símbolos, a identidade e a comunidade passam a ser produzidas e apropriadas num simulacro. Na busca pela identificação, as pessoas produzem suas identidades por meio do consumo – material e simbólico – aproximando-se de pessoas que podem comprar os mesmos bens que elas e dessa forma, separam-se dos outros – aqueles que não compartilham das mesmas mercadorias e símbolos.

No caso do consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos e a aquisição de uma percepção de “comunidade de iguais”, baseada num processo de identificação social entre os proprietários de casas nesses espaços, constatamos que a fragilidade dos laços estabelecidos é mais intensa. Além da fragilidade advinda do fato de que esses elementos são adquiridos pelo consumo, temos a questão de que os loteamentos fechados ribeirinhos não são espaços de apropriação cotidiana, o que reduz ainda mais a possibilidade do estabelecimento de vínculos sociais mais duradouros.

Constatamos que a apropriação desses espaços que unem, mesmo que incompletamente, os proprietários de casas nesses empreendimentos, num círculo simulacional de comunidade, é feita não no sentido do estabelecimento de relações entre os iguais e sim, na negação do relacionamento com os diferentes.

Nesse processo de simulação que resulta na produção das frágeis “comunidades de iguais” em empreendimentos fechados, temos também, a simulação das justificativas que atestam a necessidade do fechamento desses espaços. Sendo assim, de acordo com Bauman (2003, p. 106), as pessoas que buscam o confinamento espacial e o fechamento social, são zelosos na justificação de seus investimentos, “pintando a selva do lado de fora dos portões com cores mais carregadas”. No entanto, as pessoas descobrem que quanto mais seguras se sentem dentro dos muros, menos familiar e mais ameaçadora parece a selva lá fora, e mais coragem se faz necessária para aventurar-se, além dos guardas armados e além do alcance da rede eletrônica de segurança.

Dessa maneira, essa prática vai ao encontro do que destaca Hall (2003, p. 92), ao afirmar que, na atualidade, existem fortes tentativas de se construir identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o “fechamento”, frente ao hibridismo e à diversidade. Nesse sentido, quanto mais as diferenças se acirram, mais a inabilidade de lidar com elas faz com que atitudes como o fechamento sejam tomadas, para que certos segmentos não tenham que conviver, nem mesmo dividir, os mesmos espaços com os segmentos sociais considerados como diferentes, nesse caso, os mais pobres.

Dessa diferenciação entre os segmentos mais ricos - os que estão dentro - e os mais pobres - os de fora - decorrem algumas questões que mostram que essas atitudes individualistas, como o fechamento, somente contornam e escondem os problemas sociais, bem como, em muitos casos, agudizam as diferenças, transformando-as em desigualdades.

Sobre essa questão, destacamos a afirmação de Bauman (2005, p. 44), para quem,

(...) a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm o direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam...

Dessa forma, concebemos que precisamos atentar para a outra face do processo de fechamento. Enquanto que, para os segmentos de maior poder aquisitivo - aos de dentro - são oferecidas, por meio do consumo, todas as comodidades, as facilidades, possibilidades de felicidade e os bens considerados raros na atualidade, como a segurança e a Natureza, os de fora ficam excluídos desse processo e suas necessidades nem sempre são atendidas.

Assim, a possibilidade de constituição das identidades sociais na modernidade líquida é variada, com a apresentação constante de diferentes modelos, disponíveis, no modo como se constituem no período atual, para as pessoas totalmente incluídas nas atividades de consumo. Aos segmentos de menor poder aquisitivo, não é dado o direito de possuir ou de transitar, pelas várias identidades disponíveis para os setores mais

privilegiados. Fazemos essa afirmação, não porque acreditamos que os segmentos de menor poder aquisitivo não tenham suas próprias identidades, mas porque na maior parte das vezes, essas identidades não correspondem àquelas reconhecidas pelos setores dominantes, decorrentes dos valores estabelecidos no âmbito do consumo.

Dessa maneira, consideramos que a diferenciação simbólica empreendida nos loteamentos fechados ribeirinhos não pode ser entendida como a materialização das diferenças sociais existentes “naturalmente” na sociedade contemporânea. A identificação social e a inserção em um círculo comunitário formado por iguais, negados aos segmentos menos privilegiados, são resultado de construções e de escolhas simbólicas realizadas pelos setores dominantes.

A estratégia de fechamento, realizada no âmbito da sociedade de consumo espetacular, evidencia a necessidade que os segmentos de maior poder aquisitivo possuem de ressaltar suas distinções. No entanto, consideramos que temos na atualidade uma estandardização do consumo, num processo em que os símbolos estão disponíveis para todos, mas sua apropriação está restrita àqueles que tiverem condições financeiras para pagar. Sendo assim, muitas vezes, os padrões de consumo incutidos no imaginário dos diferentes segmentos sociais são os mesmos, o que se diferenciam são os meios materiais para que esse consumo se realize.

Nesse sentido, a partir das entrevistas realizadas e das observações em campo, pudemos perceber que a prática do fechamento e do acesso controlado aos espaços é tida, muitas vezes, como positiva pelos segmentos de menor poder aquisitivo, ou seja, como uma vantagem que os mais ricos possuem em relação aos mais pobres, que não dispõem de dinheiro para realizarem as mesmas práticas. Todos os entrevistados residentes nas cidades em que estão implantados os loteamentos fechados ribeirinhos, pertencentes aos segmentos menos privilegiados, demonstraram desejo de poder viver ou ter uma segunda residência em um empreendimento desse tipo se possuíssem situação financeira favorável. Nenhum deles demonstrou alguma percepção negativa em relação aos loteamentos ribeirinhos, mas reconheceram que esses espaços não são destinados a eles.

Dessa maneira, podemos concluir que os loteamentos fechados ribeirinhos cumprem sua função de distinguir os diferentes segmentos sociais no sentido de que criam no imaginário da sociedade a idéia de que esses espaços são destinados a segmentos exclusivos. Assim, os segmentos de menor poder aquisitivo reconhecem a separação entre os de “dentro” e os de “fora”, ao reforçarem a idéia de que esses espaços não são produzidos para serem apropriados por eles. No entanto, como a difusão dos padrões de consumo não atinge apenas àqueles que podem efetivamente consumir, os segmentos menos privilegiados mostram que aprovam e que também desejam os mesmos produtos que os mais ricos.

Nesse sentido, não podemos realizar uma leitura maniqueísta da tendência à busca por fechamento e diferenciação social, considerando que os setores mais privilegiados são os “ruins” ou os únicos que valorizam a distinção social, porque desejam se diferenciar e consumir produtos portadores de *status*. Os segmentos menos privilegiados também mostram o desejo de se diferenciarem e de consumirem produtos exclusivos, sendo que os entrevistados que estão fora dos muros dos loteamentos fechados ribeirinhos demonstraram que se tivessem condições favoráveis, também iriam querer ter um rancho no loteamento fechado.

5 - Considerações Finais

Diante do apresentado, podemos constatar que mesmo não sendo difundido como caráter inerente aos loteamentos fechados ribeirinhos nas propagandas publicitárias, o ideal de comunidade, em sua concepção moderna, está implícito na apropriação desses empreendimentos, visto que a união das pessoas nesses espaços, mesmo que sem uma efetiva sociabilidade, faz-se para justificar e ratificar os símbolos tangentes a esse simulacro.

A idéia de comunidade mostra-se presente, de forma implícita, nos discursos dos proprietários, na diferenciação que realizam quando utilizam o termo “os de fora” para representar aqueles que, em seu entendimento, deveriam ficar do lado de fora dos muros, por não possuírem as características necessárias para garantir um convívio pacífico. São sempre os de fora que causam problemas dentro dos loteamentos, relacionados a delitos ou perturbação da ordem.

Dessa maneira, os loteamentos fechados ribeirinhos representam comunidades-cabide, em que a união se dá com o objetivo de segregar o outro e não de criar um espaço de sociabilidade. A união dessas pessoas em nome desse mesmo objetivo serve para que, juntas, possam respaldar suas atitudes e, assim, ganharem

aprovação social. Esse tipo de comunidade é constituído por bases frágeis, com objetivos frágeis, por isso não se realiza objetivamente.

O consumo dos símbolos associados aos loteamentos fechados ribeirinhos, além de trazerem sensações de bem-estar, tranquilidade e segurança, servem para demarcar a separação entre os segmentos mais privilegiados e os mais pobres. Nesse sentido, são criadas imagens e discursos que justificam a busca por Natureza, por segurança e por um convívio, nesses espaços, que não ofereça imprevistos. Esses desejos, atendidos por meio do consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos, justificam a criação das barreiras físicas e ratificam a existência simbólica das diferenças entre as pessoas e os espaços dos segmentos mais privilegiados e as pessoas e os espaços dos segmentos de menor poder aquisitivo. Conforme Bourdieu (1989, p. 34), as escolhas e preferências dos indivíduos são construídas simbolicamente como sinais de posição social, *status* e distinção.

Nos loteamentos fechados ribeirinhos temos a produção de um espaço a partir do qual as pessoas podem consumir elementos simbólica e/ou materialmente escassos na sociedade e nas cidades atuais. O consumo dessas raridades implica em uma demarcação dos estilos de vida e dos símbolos escolhidos pelos segmentos de maior poder aquisitivo, no intuito, de se diferenciarem dos segmentos de menor poder aquisitivo e de menor *status*. Concluímos, desse modo, que o consumo dos loteamentos fechados ribeirinhos e dos símbolos associados a eles, escondem intenções de segregação em relação a grupos diferentes sócio-culturalmente, reforçando a segmentação e apontando para um processo de fragmentação das relações socioespaciais.

Esses processos revelam o nível de individualização da sociedade contemporânea, que faz com que a negação do convívio entre as diferenças seja agudizada. De acordo com Sennett (1998, p. 359), quando parcelas da sociedade decidem se isolar das demais, perde-se a idéia de que as pessoas só podem crescer por meio de processos de encontro com o desconhecido. Coisas e pessoas que são estranhas podem perturbar idéias familiares e verdades estabelecidas, tendo uma função positiva para os seres humanos: a função de acostumar as pessoas a correrem riscos.

6 - Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. **El sistema de los objetos**. México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1969.
- _____, Jean. **Cultura e simulacro**. Barcelona: Editorial Kairós, 1979.
- _____, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d' água, 1991.
- _____, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- _____, Jean. **A Troca Simbólica e a Morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- _____, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Diefel, 1989.
- _____, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.
- _____, Pierre. (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007 [1979].
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34-Edusp, 2000.

DAL POZZO, Clayton Ferreira; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Fragmentação socioespacial e novas centralidades urbanas:** análise do uso do solo urbano no entorno dos espaços autossegregados em Presidente Prudente – SP – Brasil. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina, Montevideu – Uruguai, 2009.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERREIRA, Francisco de Paula. **Teoria Social da Comunidade.** São Paulo: Herder, 1968.

Giddens, Anthony. **Sociologia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

OLIVEIRA, Maria Angélica de. **Espaços de simulação:** aspectos materiais e simbólicos da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis – SP. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa:** um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1980.